

Mapa do Fim da Fome 2 da Fundação Getúlio Vargas mostra que 33% dos brasileiros vivem com menos de R\$ 79 por mês

O Brasil tem 56 milhões de miseráveis - 33% da população. São pessoas que vivem com menos de R\$ 79 por mês, valor necessário para garantir a ingestão mínima de alimentos recomendada pela Organização Mundial da Saúde. Os dados constam no Mapa do Fim da Fome nº 2, divulgado ontem pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que contou com a parceria da ONG Ação pela Cidadania e do Sesc-RJ.

O estudo mostra que a extrema pobreza está tomando conta das grandes cidades, enquanto antes se concentrava sobretudo nas periferias.

- A crise social dos anos 90 atingiu as metrópoles. O bônus das políticas sociais da década foi para o interior e o ônus ficou com as capitais. Agora faltam políticas públicas para resolver os problemas da violência e do desemprego - avalia o economista Marcelo Neri, coordenador da pesquisa.

O município de São Paulo foi uma das maiores vítimas da escalada da miséria na década de 90.

Nesse período, o número de miseráveis cresceu 51%. Em 1991, a Fundação Getúlio Vargas considerava nesta condição 8% dos paulistanos. Em 2000 o índice havia subido para 12,1%, representando um total de 1,4 milhão de moradores na miséria:

- São Paulo foi a cidade mais abalada pela crise econômica que atingiu os centros metropolitanos brasileiros. A explosão da miséria veio com o aumento da taxa de desemprego - diz Neri.

Se cada brasileiro que está acima da linha da pobreza doasse R\$ 14 por mês haveria um montante de R\$ 2 bilhões mensais para programas sociais, revela o estudo. Marcelo Nery diz que a sociedade pode organizar uma rede eficiente para mandar alimentos das áreas onde sobra comida em direção àquelas mais carentes.

- A sociedade tem boas condições para montar essa rede. Mas precisamos pensar na fome mais ampla: a de saúde, emprego, habitação. Isso será resolvido quando conseguirmos organizar estruturalmente o país - analisa o economista.

Trabalho mais difícil para favelados

Mariana Carneiro

A população que vive hoje nas cinco maiores favelas do Rio -- Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Jacarezinho e Cidade de Deus - trabalha mais, ganha menos, tem menos escolaridade e sofre discriminação salarial em relação aos que vivem nas regiões mais ricas da cidade. Além disso, a jornada de trabalho dos moradores das favelas é de 46 horas por semana, contra a média de 40,8 horas nos bairros ricos e 43,4 horas no Estado.

- Os números comprovam que o mito de que as pessoas nas favelas trabalham pouco está em completo desacordo com as estatísticas - avaliou o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, que apresentou ontem a segunda edição do Mapa do Fim da Fome.

A renda dos moradores das favelas, por sua vez, é cinco vezes menor do que a dos trabalhadores das regiões mais ricas. São R\$ 405 mensais no morro contra R\$ 2.145 nas áreas nobres - Lagoa, Barra, Botafogo, Copacabana e Tijuca. Abaixo também da média do Estado, de R\$ 736.

O salário-hora é de R\$ 1,99 nas favelas e R\$ 11,82 nas regiões mais ricas.

- Isso comprova que as pessoas dessas comunidades trabalham mais e ganham menos - explica Neri.

Um morador da Lagoa ganha, em média, 180% mais do que um que mora na Rocinha. Comparando pessoas com iguais características - sexo, idade, nível de escolaridade e raça - das duas localidades, o trabalhador da Lagoa continua em vantagem. Vis a vis, o morador da região mais rica ganha 90% mais do que seu par vindo da Rocinha, o que denota que, além das dificuldades econômicas, os moradores da favela têm de superar o preconceito.

- Mesmo eliminando as diferenças, os moradores da Rocinha continuam ganhando muito menos que seus vizinhos - verificou Neri.

Os anos de estudo dos trabalhadores das favelas são quase a metade dos vizinhos mais abastados. Ficam, em média, em 11,9 anos nos bairros mais ricos contra 6,2 anos nas comunidades pobres. Na Rocinha, o tempo dedicado ao estudo é ainda menor: em média, 5,7 anos, o mais baixo verificado nas 32 regiões administrativas do Rio.

Marcelo Néri atribui a baixa taxa de escolaridade nas favelas à dificuldade de acesso à educação. Além disso, há uma maior informalidade entre os trabalhadores das favelas. Enquanto nos bairros mais ricos a taxa de formalidade é de 74,53%, nas comunidades são 68,92%.

- Menos formalidade e menos educação explicam os menores salários - disse o economista.

A taxa de desemprego nas cinco maiores favelas do Rio é 19%, enquanto nas regiões mais ricas o percentual cai à metade. A Cidade de Deus lidera o ranking da taxa de desemprego, com 22,3%. O menor nível de pessoas sem trabalho está na Lagoa, com 8,7%.

Mesmo situada na Zona Sul do Rio, os moradores da Rocinha têm menos acesso a bens duráveis que as demais favelas pesquisadas. Cerca de 35% dos moradores da favela têm máquina de lavar, 8,9% têm carro, 96% têm televisão e 54% têm vídeo cassete.

Mesmo assim, a Rocinha não está entre as cinco regiões mais pobres da cidade. No ranking da região metropolitana, as cinco regiões mais pobres são Complexo do Alemão, Santa Cruz, Jacarezinho, Guaratiba e Cidade de Deus.

O estudo revela ainda que a origem de uma favela pode resultar em melhor qualidade de vida para seus habitantes. Favelas como a Cidade de Deus, criada a partir de um programa público de assentamento, têm mais facilidade de acesso a serviços públicos e bens duráveis do que comunidades que surgiram de invasões, caso da Rocinha e do Complexo do Alemão.

Entre 2000 e 2002, de acordo com Marcelo Néri, houve um boom de pobreza na periferia do Rio. Nesse período, a miséria cresceu 18,25% nessas áreas. Na região metropolitana, o avanço do número de pobres foi de 7,33%.

- A pobreza nas grandes cidades explodiu nos anos 90 - explicou.

Com 19,54% de miseráveis, o Estado do Rio precisa de R\$ 109 milhões mensais para erradicar a pobreza. Cada habitante teria de contribuir com R\$ 7,63 por mês, o que somaria R\$ 1,3 bilhões por ano. Na capital, o percentual de miseráveis cai para 14,57%. O custo para acabar com a pobreza seria de R\$ 5,89 por pessoa.

De acordo com o Mapa do Fim da Fome 2, são considerados miseráveis pessoas que ganham até R\$ 79 por mês.

Motivo para governar

BRASÍLIA - O chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou ontem, durante evento no Itamaraty, que não vale a pena governar sem reduzir as diferenças sociais. Disse ainda que a política econômica não terá fim ético se não diminuir as desigualdades sociais e regionais. As afirmações foram feitas pelo ministro ao propor a criação de um observatório latino-americano do sistema público de avaliação, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O ministro voltou a defender a integração dos países da América Latina, ressaltando temas ligados à área social. Destacou que o Brasil, nos últimos meses, vem demonstrando determinação de ampliar a integração.

- Estamos, vamos e podemos avançar cada vez mais a política social, apesar das restrições orçamentárias e das dificuldades econômicas de cada país. Sem reduzir profunda e radicalmente as diferenças sociais, não vale a pena governar.

Em sua avaliação, a política econômica não terá fim ético se não diminuir as desigualdades sociais e regionais e se o desenvolvimento não for partilhado, se não vier com justiça social.

- O crescimento econômico por si só não torna nenhum país mais forte. Pelo contrário, corrói todos os fundamentos morais de uma nação.

O crescimento econômico tem sido também um tema constante nos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente ao defender a política adotada pelo governo na área. Para o chefe da Casa Civil, os recursos investidos em projetos sociais precisam ser aplicados sob o que chamou de "controle duplo" - popular e institucional.

- Nossos governos e Estados têm a obrigação de gastar melhor e com mais eficiência, controlando e avaliando melhor os gastos. Todos sabemos que temos restrições históricas herdadas e graves em nossos países.

Para Dirceu, a participação da sociedade é um dos elementos determinantes para que as avaliações sejam verdadeiras.

Além de Dirceu, participaram do evento o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, o presidente do Ipea, Glauco Arbix, e o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães. Representantes de outros cinco países também estiveram no seminário.

Perdas por morar na Rocinha

V.S.J., 28 anos, é morador da Rocinha desde que nasceu. Por morar na favela já perdeu oportunidades de emprego e, muitas vezes, foi discriminado.

- Quando você diz seu endereço, logo mudam de assunto. Dizem que vão te ligar e nunca mais ligam - conta.

Ele lembra que já foi desclassificado de uma seleção no hotel Othon assim que revelou ser da Rocinha.

- Quem mora na favela é mal visto. As pessoas não entendem que a gente mora ali porque não tem outro jeito.

Hoje, V.S.J. é auxiliar administrativo. Ganha R\$ 292 por mês e sustenta duas mulheres e dois filhos. Cursa o 2º ano do 2º grau e espera conseguir mais oportunidades no mercado de trabalho.

- É mais uma chance, né?.

A casa onde mora com a mulher e a filha tem televisão, geladeira e fogão. Ele comprou financiado com a ajuda da sogra. Isso porque não tem comprovante de residência.

- Na minha casa não chega correio: não tem rua. A água é precária. (M.C.)

Entre a pobreza e a Lagoa

O administrador Silvano Marcos Finocchi tem curso superior completo, está empregado e ganha mais de 11 salários mínimos. Sintetiza o perfil dos moradores da Lagoa, bairro com maior média salarial e nível de escolaridade do Rio, de acordo com o Mapa do Fim da Fome, divulgado ontem pela FGV.

- As pessoas da Rocinha têm vista para a área mais rica do Rio. Essa desigualdade é combustível para problemas sociais diversos. No próprio tráfico de drogas, o consumidor está muito próximo dos traficantes - avalia o coordenador da pesquisa, Marcelo Neri.

Este contraste a que se habituou a conviver o carioca afeta mesmo quem mora no bairro mais rico da cidade.

- Sinto-me inseguro em todos os lugares do Rio. Já fui assaltado e seqüestrado na Lagoa mesmo. Minha casa já foi invadida por um ladrão que morava na Rocinha, mas sabemos que o problema não é a favela, e sim a falta de urbanização do morro - argumentou o administrador.